DECRETO Nº 37, DE 29 de Maio de 2018

“DISCIPLINA A CONFECÇÃO DO CARTÃO CREDENCIAL A IDOSOS E PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA PARA UTILIZAÇÃO DE ESTACIONAMENTOS DE VEÍCULOS NAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS”.

MARTIN CESAR KALKMANN, Prefeito Municipal de Ivoti, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre normas gerais e critérios para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência e com dificuldade de locomoção, que, em seu art. 7º, estabelece a obrigatoriedade de reservar 2% das vagas em estacionamento regulamentado de uso público para serem utilizadas exclusivamente por veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência ou com dificuldade de locomoção;

CONSIDERANDO a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do idoso, que em seu art. 41, estabelece a obrigatoriedade de destinar 5% das vagas em estacionamento regulamentado de uso público para serem utilizados exclusivamente por pessoas idosas;

CONSIDERANDO a resolução do Contran nº 303, de 18 de dezembro de 2008, que dispõe sobre as vagas de estacionamento de veículos destinadas exclusivamente às pessoas idosas;

CONSIDERANDO a resolução do Contran nº 304, de 18 de dezembro de 2008, que dispõe sobre as vagas de estacionamento destinadas exclusivamente a veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência e com dificuldade de

locomoção;

D E C R E T A :

Art. 1º A emissão de Cartão Credencial para o estacionamento de veículo utilizado por idosos e pessoas portadoras de deficiência, nas vias e logradouros públicos, em vagas especiais devidamente sinalizadas para esse fim, nos termos das Resoluções 303 e 304, ambas de 18 de dezembro de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), deve atender aos requisitos previstos neste Decreto.

Art. 2º É atribuição do Departamento de Trânsito do Município o recebimento, análise e deferimento da expedição das credenciais de estacionamento de que trata este Decreto.

Art. 3º Fazem jus ao recebimento da credencial, após análise do Departamento de Trânsito:

I - Na condição de idoso, os cidadãos com idade igual ou superior a sessenta (60) anos, tal como definidos na Lei Federal nº 10.741/2003;

II - Na condição de portadores de necessidades especiais, os cidadãos cuja capacidade física ou mental permanente, em decorrência de impedimento, deficiência ou incapacidade, não seja plena, nos termos da lei Federal nº 10.098/2000.

Art. 4º Para habilitar-se à expedição da credencial, a pessoa com deficiência e dificuldade de locomoção, como condutor de veículo ou quando estiver sendo transportado, deverá cadastrar-se junto ao órgão municipal de trânsito, e protocolizar os seguintes documentos, com validade, em via original ou fotocópia autenticada:

I - atestado médico atual, com data de emissão inferior a 90 dias, no qual conste:

a) nome do portador de deficiência;

b) nome/classificação da doença;

c) identificação da deficiência permanente verificada;

d) data; e

e) assinatura do médico e indicação de seu registro no Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul (CREME/RS);

II - Documento de identificação pessoal com fotografia, para fins de identificação pessoal, na forma da lei federal;

III - Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV) utilizado para o transporte.

IV - Carteira Nacional de Habilitação (CNH), nas hipóteses em que o condutor for o requerente; e

V - Comprovante de residência do requerente no Município de Ivoti, com data de vencimento não anterior a um (01) mês da data do requerimento.

Parágrafo único. A documentação citada no inciso I e II será analisada pela Secretaria de Saúde.

Art. 5º Para habilitar-se à expedição da credencial, a pessoa idosa, como condutora de veículo ou quando estiver sendo transportada, deverá cadastrar-se junto ao órgão municipal de trânsito, e protocolizar os seguintes documentos, com validade, em via original ou fotocópia autenticada:

I - Documento de identificação pessoal com fotografia, para fins de identificação pessoal, na forma da lei federal;

II - Carteira Nacional de Habilitação (CNH), nas hipóteses em que o

condutor for o requerente;

III - Comprovante de residência do requerente no Município de Ivoti, com data de vencimento não anterior a um (01) mês da data do requerimento; e

IV - Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV).

Art. 6º Preenchidos os requisitos dos artigos 4º e 5º, o órgão Municipal de Trânsito fornecerá a credencial nos termos da Resolução 303 e 304, ambas de 2008, do CONTRAN, que deverá ser colocada no painel do veículo, de forma a ficar visível externamente.

§ 1º Será permitido o cadastramento de apenas 1 (um) veículo por idoso e pessoa com deficiência e a substituição do veículo cadastrado estará condicionada à apresentação dos documentos relacionados ao veículo e à emissão de nova carteira.

§ 2º Em casos excepcionais, a critério da Administração Pública, poderá ser permitido o cadastramento de mais de um veículo por pessoa com deficiência.

§ 3º O prazo de validade da credencial será de 5 (cinco) anos.

§ 4º Será emitido apenas um cartão credencial por beneficiário.

Art. 7º A autenticação de documentos exibidos em fotocópia simples poderá ser exarada por servidor público municipal, à vista dos respectivos originais.

Art. 8º Os veículos estacionados deverão exibir a credencial sobre o painel do veículo, em local visível para efeito de fiscalização.

Art. 9º O Cartão Credencial poderá ser suspenso ou cassado, a qualquer tempo, a critério do Executivo, se verificada quaisquer das seguintes irregularidades na credencial:

I - uso de cópia efetuada por qualquer processo;

II - rasurada ou falsificada;

III - em desacordo com as disposições contidas neste Decreto e nas Resoluções do CONTRAN, especialmente se constatada que a vaga especial não foi utilizada por idoso e/ou pessoa portadora de deficiência;

IV - uso por terceiro sem a presença do beneficiário;

V - com validade vencida.

Art. 10. O modelo das credenciais expedidas na forma deste Decreto obedecerá rigorosamente os padrões fixados no Anexo II, da Resolução CONTRAN nº 303/2008 e no Anexo II, da Resolução CONTRAN nº 304/2008.

Art. 11. Para fins de dirimir eventuais circunstâncias omissas deste Decreto aplicam-se disposições das Leis Federais de nº. 10.098/2000 e 10.741/2003 e as Resoluções CONTRAN de nº. 303/2008 e 304/2008.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ivoti, aos vinte e nove (29) dias do mês de maio de 2018.

MARTIN CESAR KALKMANN
Prefeito Municipal